

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

ANÁLISE SÓCIO-OCUPACIONAL DA ESTRUTURA INTRA-URBANA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE FORTALEZA

Luis Renato Bezerra Pequeno (UFC)

Análise Sócio-ocupacional da Estrutura Intra-urbana da Região Metropolitana de Fortaleza

Resumo:

No sentido de compreender o espaço metropolitano em sua totalidade, apresenta-se aqui a região metropolitana de Fortaleza em sua estrutura intra-urbana, cujo processo de crescimento tem sido pautado pela desigualdade na distribuição de riqueza e pela forma concentrada na alocação de recursos em infra-estrutura. Em seus procedimentos metodológicos, realiza-se leitura da distribuição espacial de suas categorias sócio-ocupacionais segundo os dados da amostra do censo IBGE 2000, em seus percentuais e suas densidades, associadas às recentes transformações da sua estrutura produtiva marcadas pela redistribuição espacial das áreas industriais, pelas novas formas assumidas pelo setor terciário e pelas intervenções urbanas de suporte ao turismo e ao setor imobiliário. Subdividido em sete tipologias sócio-espaciais hierarquicamente definidas, torna-se possível reconhecer as compatibilidades e os conflitos sócio-ocupacionais presentes nas mesmas, assim como a heterogeneidade de alguns tipos sócio-espaciais da metrópole e a predominância de determinadas categorias ocupacionais sobre outras. Disto decorre um espaço metropolitano bastante complexo, revelador de processos de segregação, exclusão e segmentação social, comprovados pelas disparidades sociais, refletindo o atual quadro de fragmentação sócio-espacial.

Introdução

Esquecida na sua dimensão metropolitana sob o ponto de vista institucional, Fortaleza tem sido alvo de intervenções urbanas e de políticas de cunho desenvolvimentista as quais não têm considerado o seu conteúdo sócio-espacial. Nas últimas décadas, grandes infra-estruturas têm sido implementadas no espaço metropolitano, reformulando sobre maneira seu processo de ocupação e decorrendo em transformações na sua estrutura produtiva, sem que tenha havido qualquer processo de planejamento que considere a região em sua totalidade. Ao contrário, prevalecem ações setoriais assim como estratégias municipais de crescimento econômico atraindo investimentos, cujos impactos sócio-territoriais tornam-se evidentes.

Como objetivos deste trabalho, pretende-se apresentar a RMF na espacialização de suas atividades produtivas associadas aos espaços de reprodução das relações sociais, assim como discutir a proposição de uma estrutura intra-urbana para o espaço metropolitano a partir da análise da distribuição das categorias sócio-ocupacionais, na forma como as mesmas se aglutinam ou se dispersam pelo território.

Utilizando-se bases de dados e procedimentos metodológicos previamente estabelecidos, busca-se aqui numa primeira parte, apontar os elementos estruturantes da organização do espaço metropolitano de Fortaleza, especialmente aqueles associados à localização das atividades produtivas, à estruturação viária e às formas de moradia produzidas pelo Estado e pelo mercado imobiliário, assim como a produção da auto-construção vinculada ao mercado informal. Numa etapa seguinte, apresenta-se a proposição de estrutura sócio-ocupacional, composta por sete diferentes tipologias, indicando de forma sintética os procedimentos para a sua obtenção, assim como analisando o conteúdo sócio-ocupacional de cada um destes tipos sócio-espaciais associado aos processos vigentes no território de cada tipologia.

Enquanto fenômeno urbano, as regiões metropolitanas, ainda que previstas desde a constituição de 1967, só vieram a ser institucionalizadas em 1973, quando através de lei complementar, ficaram estabelecidas 8 regiões metropolitanas, dentre as quais Fortaleza, às quais seria acrescida a do Rio de Janeiro no ano seguinte. Ainda que esquecidos na sua dimensão político administrativa, os espaços metropolitanos têm se tornado alvo de estudos considerando sua importância no processo de desenvolvimento nacional, assim como o acirramento das desigualdades sócio-espaciais intra-metropolitanas.

Não se tem aqui a pretensão de abarcar o conjunto de estudos sobre a metropolização brasileira, mas apenas pontuar alguns referenciais, destacando-se os realizados por Milton Santos abrangendo a metropolização como fenômeno presente no processo de urbanização

brasileira, como em suas análises específicas para a realidade paulista, nas quais indica caminhos para o estudo da metrópole mediante uma série de processos e variáveis, analisados nas dimensões territoriais e sócio-econômicas (SANTOS, 1990, 1994a e 1994b). Também merecem destaque, outros estudos que buscam de forma comparativa, reconhecer a lógica da segregação sócio-espacial no espaço intra-urbana de algumas metrópoles brasileiras associada à localização das estruturas produtivas e das infra-estruturas urbanas (VILLAÇA, 1998).

Ao longo dos anos 1990, despontam outros estudos em torno da questão metropolitana, os quais têm o Rio de Janeiro e São Paulo como alvos, dando-se especial ênfase à configuração de sua estrutura intra-urbana associada à localização de diferentes grupos sociais reconhecidos a partir de sua ocupação, no sentido de identificar as desigualdades sócio-espaciais (RIBEIRO, 1993; BOGUS e PASTERNAK, 1999; LAGO e RIBEIRO, 1999).

A difusão destes estudos na perspectiva da promoção de cidades socialmente justas e da análise da distância social entre os diferentes grupos sócio-ocupacionais junto a outros pesquisadores tem mantido a discussão da metropolização enquanto fenômeno nacional. Com isso passam a emergir novos estudos comparativos referentes a alguns aspectos que evidenciam cada vez mais a importância da compreensão do fenômeno metropolitano brasileiro, tais como: a definição e classificação dos espaços metropolitanos dentro do conjunto de aglomerações urbanas; o reconhecimento dos diferentes níveis de integração entre os municípios que compõem as metrópoles brasileiras; a constatação dos espaços socialmente mais vulneráveis, dentro outros. Além disso, o esfacelamento do aparato institucional metropolitano ao longo das últimas décadas tem derivado em investigações associadas à formulação de processos de planejamento e instrumentos de gestão que garantam condições de governabilidade pautadas na cooperação intermunicipal.

Todavia, faz-se necessário a realização de estudos específicos para cada espaço metropolitano, no sentido de identificar as suas peculiaridades sob o ponto de vista regional, bem como para que se tenha um conhecimento mais detalhado sobre os mesmos visando-se influenciar na construção de políticas públicas de desenvolvimento urbano para a realidade metropolitana, seja no plano nacional, seja no regional.

1. Elementos da Estrutura Intra-urbanos da Região Metropolitana de Fortaleza

Composta por 13 municípios, a Região Metropolitana de Fortaleza - RMF apresentou em 2000 um contingente demográfico superior a 3 milhões de pessoas, representando mais de 40 % da população do Estado do Ceará. Como significado maior do processo de desenvolvimento desigual e concentrado cearense, a RMF retrata a situação de macrocefalia que historicamente tem assolado o Estado do Ceará. Atualmente dos 184 municípios cearenses, apenas 6 apresentam população superior a 100 mil habitantes, dos quais três se encontram na região metropolitana: Fortaleza, Caucaia e Maracanaú.

Criada em 1973, a RMF teve sua composição político-administrativa transformada tanto pela fragmentação de seus municípios originais, via emancipação de distritos, como pela inserção de novos municípios. Todavia passados mais de 30 anos, o espaço metropolitano tem como destaque sua porção intra-urbana extremamente adensada e heterogênea, associada a uma forma de urbanização compacta diretamente vinculada aos deslocamentos do ser humano como portador da força de trabalho ou como consumidor (VILLAÇA, 1998).

Numa primeira leitura da estrutura do espaço metropolitano, faz-se necessário identificar alguns elementos associados aos seguintes aspectos: o fenômeno da conurbação, na forma como tem se manifestado; os usos produtivos do território e sua permanente reestruturação; assim como as formas diferenciadas de moradia associadas aos diferentes agentes sociais que as produzem. Do reconhecimento destes elementos, torna-se possível compreender uma série de processos atrelados às desigualdades sócio-espaciais, seja nas condições de acessibilidade às redes e serviços urbanos, seja na mobilidade entre os sub-espacos da metrópole.

No que se refere à conurbação, observa-se a diferença entre as suas várias frentes sob dois aspectos: primeiro, nas faixas litorâneas pela sua linearidade e densidade orientadas pelos investimentos em infra-estrutura e pelos empreendimentos do setor imobiliário; segundo, nas franjas periféricas, onde ao oeste predomina uma expansão diversificada reunindo o setor imobiliário associado às camadas mais populares, os programas habitacionais públicos e as ocupações espontâneas, e ao leste prevalece o mercado formal voltado às camadas médias e superiores. Todavia, a preponderância de Fortaleza, município pólo, como irradiador dos fluxos denota as disparidades sócio-espaciais entre a capital e os demais.

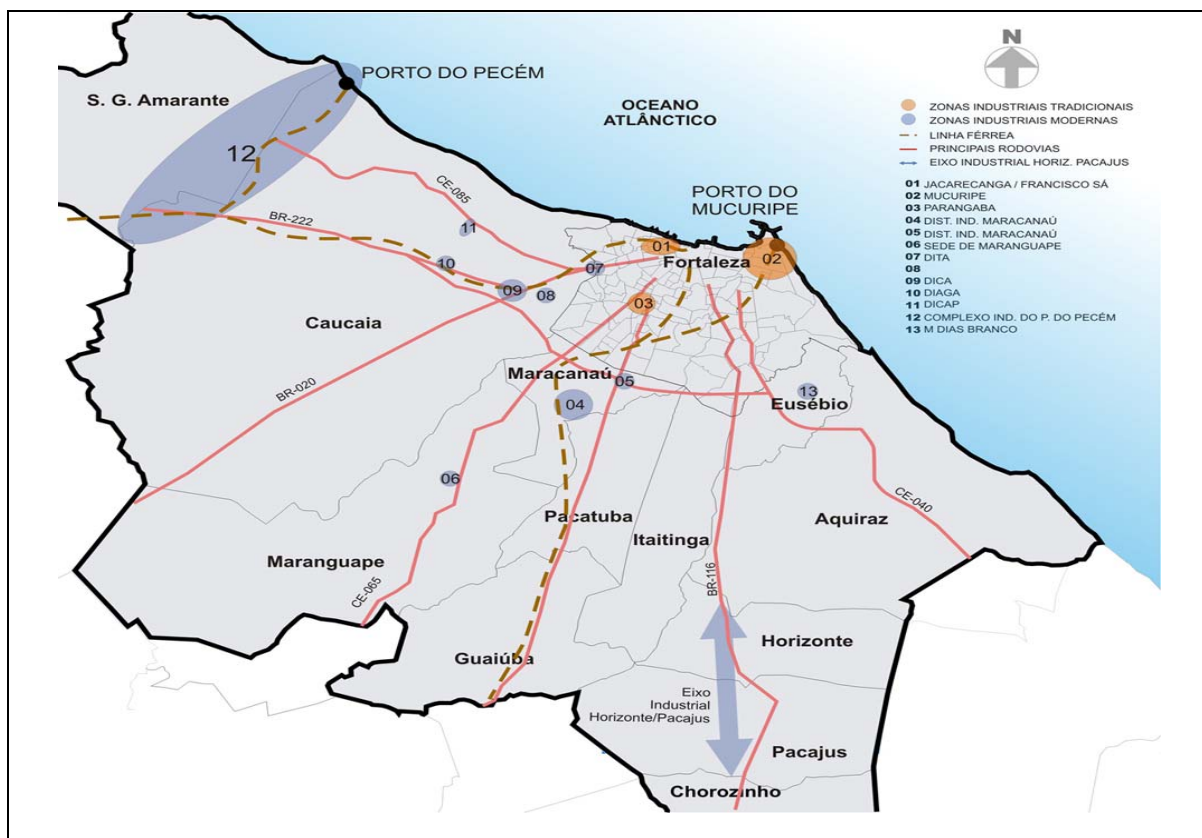
Quanto ao setor secundário, observa-se que desde a criação da RMF tem-se assistido a um processo de reestruturação econômica, pautado na redistribuição espacial de suas áreas industriais, o qual se vincula diretamente às infra-estruturas de circulação necessárias ao escoamento da produção. Além disso, por conta de seu crescimento demográfico acelerado e

desigualmente distribuído, verifica-se a re-organização de suas centralidades, as quais se refazem em novas formas, assumindo padrões diferenciados que se ajustam às disparidades sócio-econômicas presentes no quadro metropolitano.

Outrora concentrado na zona oeste do município de Fortaleza, ao longo de eixos rodoviários ou em núcleos no entorno da zona portuária, o setor industrial passou por uma reorganização nas últimas décadas, migrando para os espaços periféricos da metrópole, interferindo diretamente na sua estrutura sócio-espacial.

Estas transformações podem ser decompostas em três períodos: primeiro, com a criação induzida do Distrito Industrial de Fortaleza nos anos 1970, que resultou na criação do município de Maracanaú, antigo distrito de Maranguape; segundo, desde os anos 1990, a expansão do setor em eixos e mini-distritos ao longo das rodovias federais e estaduais, nos municípios de Horizonte, Pacajus, Pacatuba, Eusébio, Maranguape e Caucaia, vinculada à política estadual de atração de indústrias; terceiro, a criação de um complexo industrial portuário entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo, ao oeste da RMF decorrente de projetos governamentais ainda em implantação, re-visitando a lógica do desenvolvimento exógeno, desvinculado das vocações regionais. (ver figura 1)

Figura 1 – Localização de zonas industriais da RMF

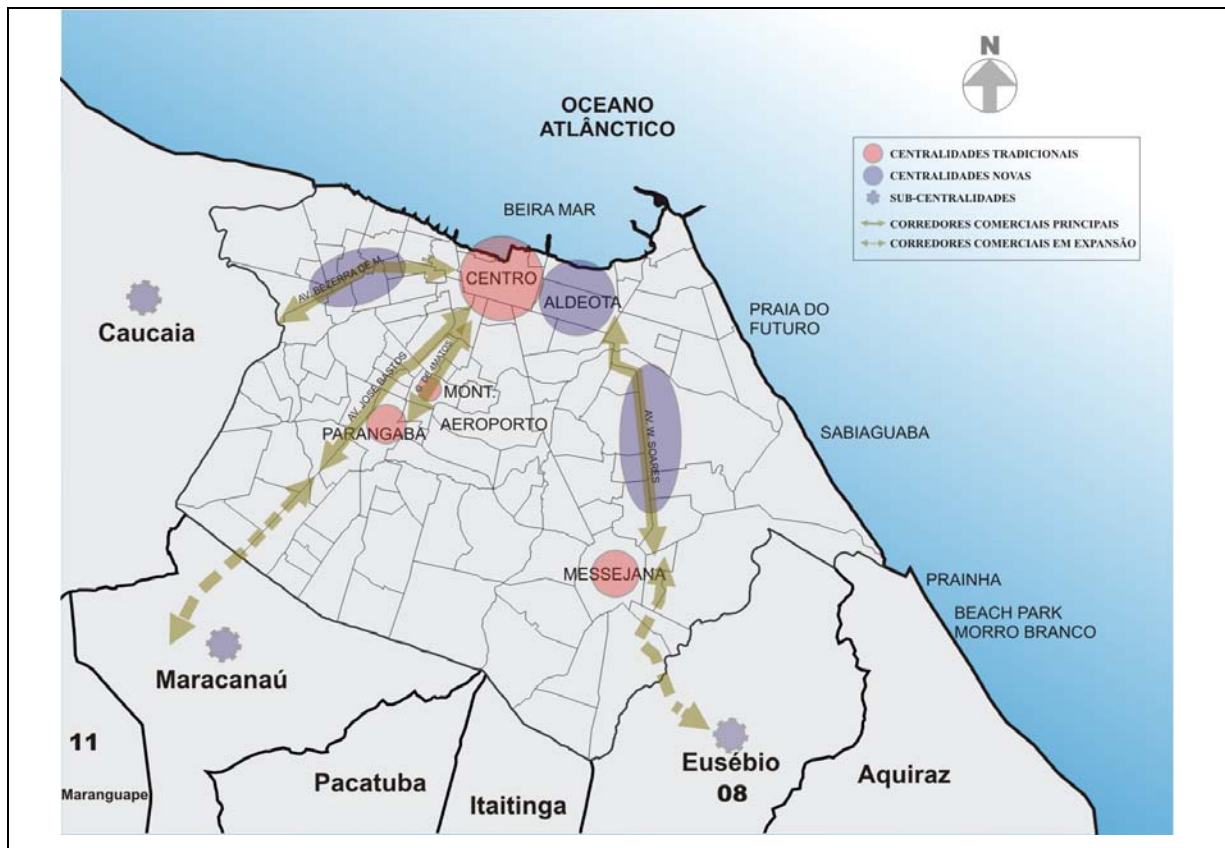


Fonte. organizado pelo autor

No que se refere ao setor terciário, observa-se a sua expansão em corredores, assim como a sua fragmentação em sub-centralidades que passam a emergir nas áreas de maior crescimento urbano. Colabora com essa configuração axial do comércio e dos serviços, o surgimento de shopping-centers, ao longo de avenidas que partem do Centro em direção ao leste. Fortemente vinculadas ao mercado imobiliário, estas áreas passam a redefinir a distribuição dos grupos sociais de maior poder aquisitivo na RMF. (ver figura 2)

Por outro lado, remanesce num estado de crescimento desordenado, o centro tradicional, atendendo especialmente à demanda da porção oeste da metrópole, sob forte impacto da economia informal. Incapaz de atender a todo o contingente demográfico desta parte da RMF, o centro passa a sofrer o espraiamento das atividades terciárias ao longo das vias de maior fluxo, nas direções oeste e sudoeste. Além disso, observa-se a intensificação do comércio nas sedes municipais, assumindo funções de sub-centralidades na metrópole. Contribui para este quadro de crescimento desordenado, a presença de agentes do mercado imobiliário que tem agido com extrema avidez, notadamente quando se defrontam com a fragilidade dos instrumentos de planejamento e gestão do solo na esfera dos municípios.

Figura 2- Centralidades, sub-centralidades e corredores terciários na RMF



Fonte. organizado pelo autor

Também faz parte da compreensão do processo de re-estruturação do espaço metropolitano, a espacialização das atividades turísticas e de suas formas, as quais se mostram diretamente associadas ao setor imobiliário, interferindo muito fortemente no mercado de terras da RMF e contribuindo com os processos de segregação sócio-espacial, segmentação e exclusão social. Observa-se que a partir das intervenções no sistema viário nas escalas regional e intra-urbana, assim como da implantação de grandes equipamentos, passa a ocorrer uma progressiva apropriação de áreas com maior valor paisagístico por este setor, exacerbando a apartação social na RMF.

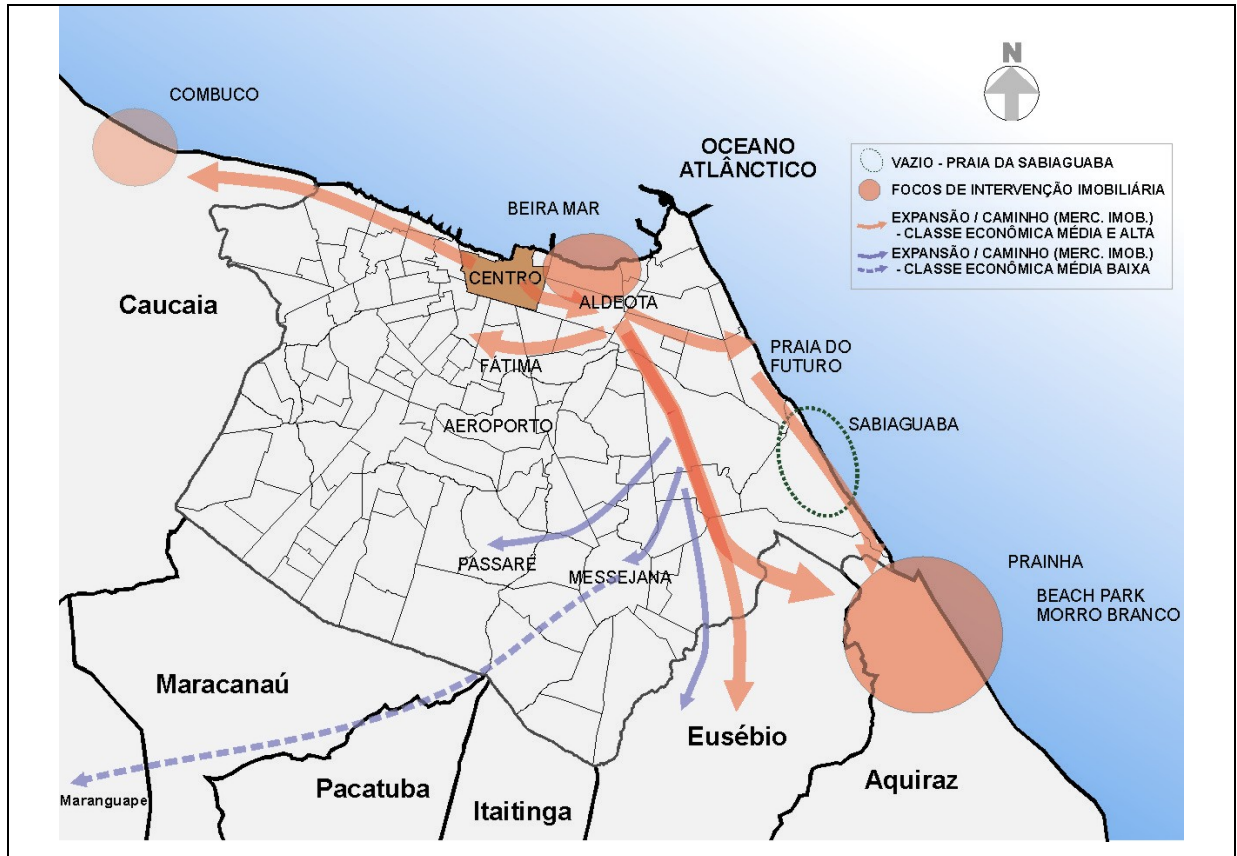
Ao longo destas últimas décadas, marcadas pelo crescimento demográfico explosivo, as condições de moradia têm sido bastante transformadas, cabendo aqui a sua utilização como indicador de mudanças e estagnação das condições de vida na RMF dada a presença de diferentes atores, detentores de distintos papéis e interesses. Assim, cumpre observar o papel do poder público na definição de políticas de moradia de interesse social nas diferentes esferas, localizando conjuntos habitacionais no espaço periférico ao oeste e sudoeste, configurando processo de redistribuição de população especialmente concentrado nas décadas de 1970 e 1980 e induzindo o processo de conurbação que fez de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú um continuum urbano.

Da incapacidade de atender à demanda por novas moradias, decorreu a proliferação de áreas de ocupação como resposta da população excluída à redução da oferta de moradias. Assumindo a condição de verdadeiros corredores de degradação sócio-ambiental, os rios e córregos urbanos passaram a orientar o processo de favelização, cada vez mais vistos como signos da ausência de controle urbano, imprimindo uma maior capilaridade à cidade espontânea (PEQUENO, 2002). Ultrapassando as fronteiras do município de Fortaleza, desde os anos 1990, este processo passou a ser o indutor de uma nova forma de conurbação, contribuindo com o transbordamento de miséria e exclusão social para os municípios vizinhos. Geram-se, assim, novos padrões de integração inter-municipal, os quais passam a indicar a necessidade de implementação de programas de gestão metropolitana que tenham como tônica a cooperação intermunicipal.

Por sua vez, as ações do mercado imobiliário também indicam transformações na sua oferta habitacional, mantendo-se concentrado em poucos bairros e atrelado aos grupos sociais que se apropriam das áreas melhor atendidas pelas redes de infra-estrutura e serviços urbanos. Num ritmo intenso e concentrado, observa-se a substituição das residências de médio e grande porte por condomínios verticais, desde meados dos anos 1980, nas áreas próximas ao litoral leste de Fortaleza. Ao mesmo tempo, a cidade se expande na direção sudeste, junto aos

espaços terciários melhor qualificados, onde novos bairros foram criados, derivando na disseminação de condomínios horizontais, estabelecendo-se novos padrões de segregação sócio-espacial na metrópole.

Figura 3 - Concentrações e fluxos de intervenção do setor imobiliário formal



Fonte. organizado pelo autor

Assim, passam a sobressair na paisagem metropolitana, corredores de desenvolvimento orientados pelas ações do mercado imobiliário diretamente vinculadas às decisões do poder público nas suas diferentes esferas de governo, consolidando-se processo de segregação residencial. Como afirma Roberto Lobato Corrêa: “a segregação residencial pode ser vista como um meio de reprodução social, e neste sentido o espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade, (...), significando não apenas um meio de privilégios para a classe dominante, mas também um meio de controle e de reprodução social para o futuro” (CORRÊA, 2003). Todavia, considerando que a segregação residencial enquanto processo atinge a diferentes grupos, e mediante a complexidade com que o espaço metropolitano vem sendo produzido, faz-se necessário compreendê-lo na sua totalidade, verificando as diferenças e distâncias sociais que nele se apresentam.

2. Estrutura sócio-ocupacional da RMF

Reconhecidos os elementos estruturantes do espaço metropolitano e os processos que regem a sua produção social, nas suas diferentes formas, busca-se, no prosseguimento deste artigo, identificar a estrutura sócio-ocupacional da metrópole cearense aqui compreendida como uma totalidade. Considerados os usos do território da RMF, os fluxos que deles decorrem e as ocupações daqueles que dele se apropriam, pretende-se em seguida apontar as tipologias sócio-espaciais estabelecidas como partes integrantes deste todo, bem como as articulações entre as mesmas, no sentido de obter uma nova leitura para a estrutura intra-urbana de Fortaleza.

Enquanto procedimentos metodológicos vale ressaltar a utilização da Classificação Brasileira de Ocupações, obtida junto ao IBGE na sua pesquisa por amostragem do Censo 2000. Em seguida, as diferentes ocupações foram reorganizadas em 24 diferentes categorias sócio-ocupacionais – CATs tendo como variáveis complementares a renda e o grau de instrução. Da mesma forma, utilizou-se como unidade espacial de pesquisa, as áreas de ponderação para definição das amostras, denominadas AEDs - áreas de expansão de dados, a partir das quais se pode reconhecer as diferenças entre os percentuais das várias categorias sócio-ocupacionais no espaço metropolitano.

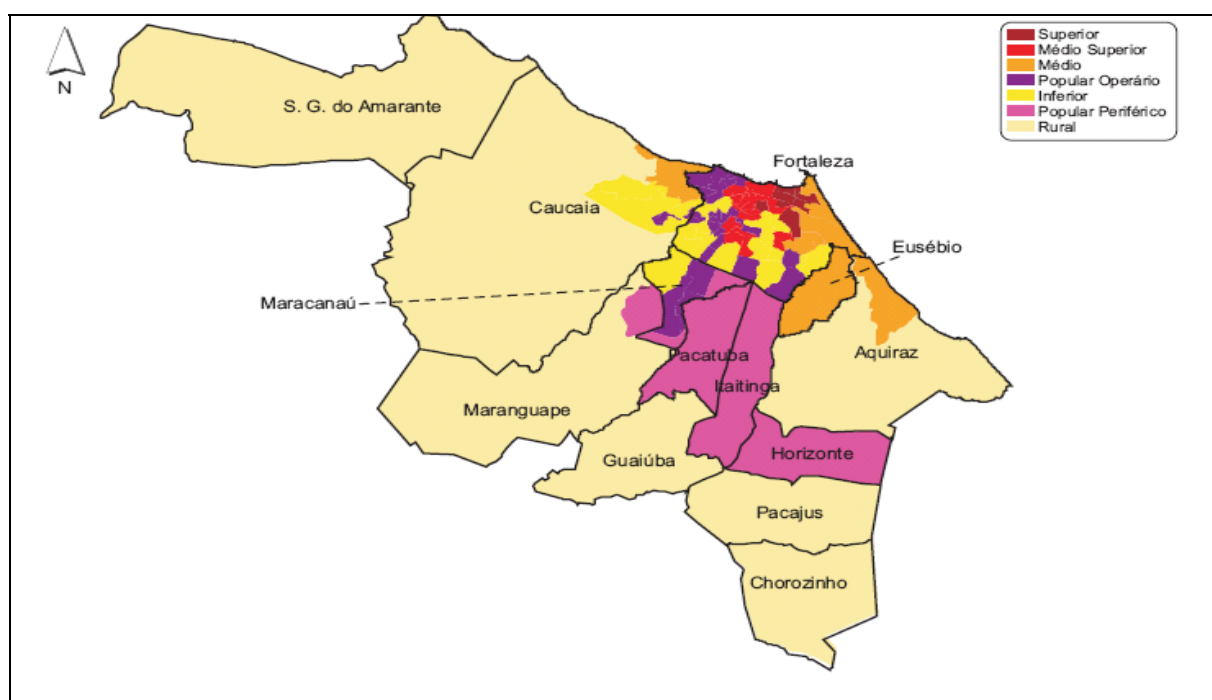
A partir do uso de metodologia comum, foram identificadas sete diferentes tipologias sócio-espaciais. Merece ser destacado que os tipos sócio-espaciais identificados encontram-se relacionadas entre si compondo uma hierarquia social cujo significado se associa às distâncias sociais entre as diferentes categorias sócio-ocupacionais. Além disso, vale mencionar que estas tipologias foram conformadas pelo agrupamento de algumas AEDs, cujo conteúdo sócio-ocupacional foi em seguida, submetido à análise verificando-se o grau de coerência existente entre os resultados obtidos pela abordagem quantitativa dos dados e a realidade dos processos sócio-espaciais na Região Metropolitana de Fortaleza.

Adotou-se como critérios para esta análise e para posterior identificação de tipos sócio-espaciais: o percentual das diferentes CATs em cada tipologia, visando analisar a composição de cada tipo sócio-espacial; a densidade de cada categoria sócio-ocupacional na tipologia, visando confrontá-las e diferencia-las entre si. Além disso, para efeito de caracterização de cada uma das tipologias, buscou-se observar as relações de contigüidade entre as diferentes áreas que compõem cada tipo sócio-espacial, assim como a compartimentação de cada uma delas. Além disso, as tipologias sócio-espaciais foram relacionadas ao processo de desenvolvimento urbano recente e às tendências que se apresentam para a RMF.

No caso da RMF, foi identificado um conjunto de sete tipologias sócio-espaciais denominadas como: Superior, Média Superior, Média, Popular Operária, Inferior, Popular Periférica e Rural. A nomenclatura utilizada corresponde a uma leitura da composição sócio-ocupacional das mesmas, associada às peculiaridades presentes em cada uma delas, seja da predominância de determinadas categorias sobre as demais, seja da ambivalência derivada da heterogeneidade de categorias oponentes num mesmo tipo sócio-espacial.

A definição das tipologias sócio-espaciais teve nas densidades das categorias sócio-ocupacionais extremas as principais características da distância social entre as mesmas no espaço social metropolitano, devendo ser destacados alguns pontos: - por um lado, a categoria dos trabalhadores agrícolas identificou a disparidade entre os espaços rurais metropolitanos e todas as demais áreas da metrópole; - por outro, as ocupações associadas aos dirigentes, intelectuais e pequenos empregadores indicaram as áreas com maior concentração daqueles com maior renda, melhor instrução, e por conseguinte, as maiores oportunidades na metrópole. (RIBEIRO, 2000 e 2004) Além disso, vale mencionar que as demais categorias também contribuem com a definição das tipologias, indicando uma maior proximidade entre as categorias ditas intermediárias demonstrando a imprecisão dos limites de determinados tipos e a diversidade sócio-ocupacional dos mesmos, realçando a importância da necessidade de melhor compreender o seu conteúdo social e as inter-relações entre os diferentes tipos.

Figura 4 - Região Metropolitana de Fortaleza - Tipologias sócio-ocupacionais



Fonte. organizado pelo autor a partir do METRODATA, IBGE 2000

Numa primeira leitura compreensiva deste recorte espacial, considerando a RMF como uma totalidade segundo seus diferentes tipos sócio-espaciais, merece ser destacado em seus aspectos morfológicos: - a complementaridade das tipologias superior, ao leste, e média superior, ao oeste, definindo um núcleo central do espaço metropolitano, para onde convergem fluxos diversos orientados a partir de eixos de degradação e desenvolvimento, os quais também estruturam as partes componentes das demais tipologias: média, ao longo da beira mar, popular operária, segundo os eixos viários, e inferior, orientadas pelos rios urbanos; a dimensão dos sub-espços peri-urbanos, agrupando as tipologias rural e popular periférico, sendo que esta última ainda guarda fortes características do uso agropecuário. Disto depende-se a forma compacta da urbanização no espaço metropolitano, assim como a predominância de espaços agrícolas no todo da RMF.

Tabela 1 - Quadro Demográfico dos Tipos Sócio-espaciais– RMF – 2000

Tipos Sócio espaciais	Número de Áreas		Área (km ²)		Densidade demográfica (hab/km ²)	População Total		População Ocupada	
	N.abs	%	N.abs	%		N.abs	%	N.abs	%
Superior	7	7,14	28,20	0,58	6464	182.314	6,11	83.955	7,92
Médio Superior	18	18,37	52,95	1,09	8320	440.555	14,76	178.481	16,83
Médio	9	9,18	221,27	4,54	1016	224.785	7,53	77.496	7,31
Popular Operário	29	29,59	142,88	2,93	6435	919.402	30,80	327.688	30,90
Inferior	22	22,45	202,98	4,17	3822	775.712	25,99	253.288	23,88
Popular Periférico	5	5,10	516,01	10,60	378	195.044	6,53	62.702	5,91
Rural	8	8,16	3.705,14	76,09	67	246.877	8,27	76.940	7,25
Total	98	100,00	4.869,43	100,00	613	2.984.689	100,00	1.060.550	100,00

Fonte: METRODATA, IBGE, 2000

A tabela 1 apresenta alguns elementos associados à dimensão territorial das tipologias, destacando-se que algumas agrupam um número reduzido de AEDs, como a Superior, Média, Popular Periférica e Rural, em contraposição às demais que são mais numerosas e provavelmente mais diversificadas e fragmentadas na sua composição. Confirmando a análise referente à compacidade do espaço intra-urbano, verifica-se que mais de 76% da área metropolitana correspondem a espaços rurais, ressaltando a necessidade de discussão desses limites político-administrativos propostos para a RMF. Além disso, as altíssimas densidades demográficas nos tipos médio-superior, superior e popular operário, quando comparadas às demais, reafirmam a aglutinação da população em torno das áreas centrais dotadas de infraestrutura, assim como ao longo dos corredores de transporte de maior fluxo. Faz-se também notar a rarefação da ocupação dos espaços peri-urbanos, onde a densidade se apresenta muito abaixo da média e demasiadamente distante das áreas mais densas.

Apresenta-se em seguida uma breve caracterização das tipologias identificadas, buscando-se estabelecer vínculos entre as categorias sócio-ocupacionais, o recente processo de desenvolvimento urbano e as tendências que se apresentam para o crescimento da metrópole. Facilita a compreensão do significado destas tipologias, a análise integrada das figuras apresentadas na primeira parte deste trabalho ao conteúdo sócio-ocupacional de cada uma delas, especialmente através da densidade de cada uma das CATs nos sete tipos sócio-espaciais propostos. Como recursos fundamentais para a compreensão do conteúdo sócio-ocupacional das tipologias sócio-espaciais nas suas compatibilidades e nos seus conflitos foram utilizados os valores percentuais de cada uma das CATs nos diferentes tipos sócio-espaciais, assim como as densidades de cada categoria nos tipos em relação à totalidade do espaço metropolitano.

Tabela 2 – Distribuição percentual das CATs por tipologias sócio-espaciais - 2000

Categorias sócio-ocupacionais	Tipologias sócio-espaciais (valores percentuais)						
	Superior	Médio superior	Médio	Popular operário	Inferior	Pop. Periferico	Rural
Cat 21 - grandes empregadores	3,22	0,53	0,51	0,13	0,11	0,12	0,12
Cat 22 - dirigentes do setor público	0,87	0,45	0,23	0,08	0,09	0,15	0,19
Cat 23 - dirigentes do setor privado	2,39	0,53	0,39	0,15	0,13	0,17	0,22
Cat 41- profissionais autônomos nível superior	5,49	2,12	1,32	0,66	0,54	0,51	0,31
Cat 42 – profis. empregados nível superior	9,22	4,22	1,81	1,27	0,86	0,56	0,37
Cat 43 – profis. estatutários nível superior	3,09	1,59	0,66	0,28	0,16	0,22	0,13
Cat 44 - professores de nível superior	4,19	3,23	1,36	1,25	0,68	0,87	0,37
Cat 31 - pequenos empregadores	6,64	3,21	1,68	1,36	0,90	0,84	1,10
Cat 51 - ocupações de escritório	8,46	12,21	5,14	8,63	5,83	4,28	3,04
Cat 52 - ocupações de supervisão	6,15	4,61	2,64	3,14	2,08	2,91	1,87
Cat 53 - ocupações técnicas	6,39	7,12	4,14	5,04	3,36	2,74	1,42
Cat 54 – ocup. médias saúde e educação	2,79	5,38	3,29	5,24	3,74	3,47	3,38
Cat 55 – ocup. segurança, justiça e correios	1,99	2,32	1,18	2,06	1,23	1,02	0,46
Cat 32 – ocup. artísticas e similares	1,39	1,48	1,03	1,29	1,27	2,07	2,22
Cat 71 – trabalhadores da indústria moderna	0,84	2,69	3,17	4,63	4,55	4,34	2,67
Cat 72 – trab. da indústria tradicional	1,88	5,98	5,36	12,00	10,02	17,87	8,41
Cat 73 – trab. dos serviços auxiliares	1,04	3,23	3,14	5,27	5,25	8,85	5,16
Cat 74 - trabalhadores construção civil	1,74	3,13	9,08	6,37	10,97	7,73	8,74
Cat 61- trabalhadores do comércio	7,77	10,97	9,54	11,84	11,13	8,26	6,59
Cat 62 – prestadores serviços especializados	4,89	8,60	14,13	11,45	12,53	8,75	7,25
Cat 63 – prest. serviços não especializados	1,99	3,32	6,82	4,96	6,71	4,66	3,57
Cat 81 - trabalhadores domésticos	15,42	8,56	14,19	6,28	9,76	8,15	10,00
Cat 82 - ambulantes e catadores	1,78	4,23	5,23	5,90	6,97	5,72	3,92
Cat 10 - agricultores	0,39	0,28	3,97	0,72	1,13	5,75	28,46
Cats Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: METRODATA, IBGE, 2000

A tabela 2 nos permite observar quais as categorias sócio-ocupacionais mais representativas em cada tipologia, considerando-se a totalidade de pessoas ocupadas em cada tipo sócio-espacial. Com isso, foi possível identificar as categorias que se destacam em cada tipologia, evidenciando-se contradições e conflitos entre as mesmas inerentes ao espaço metropolitano, assim como as respectivas complementaridades.

Tabela 3 - Densidades das CATs nas diferentes tipologias sócio-espaciais - 2000

Categorias sócio-ocupacionais	Tipologias sócio-espaciais (densidades)						
	Superior	Médio superior	Médio	Popular operário	Inferior	Pop. Periferico	Rural
Cat 21 - grandes empregadores	7,01	1,15	1,11	0,27	0,25	0,26	0,26
Cat 22 - dirigentes do setor público	3,76	1,95	0,98	0,36	0,41	0,67	0,80
Cat 23 - dirigentes do setor privado	5,82	1,30	0,96	0,37	0,32	0,40	0,55
Cat 41 - profissionais autônomos nível superior	4,33	1,67	1,04	0,52	0,43	0,40	0,25
Cat 42 - profis. empregados nível superior	4,16	1,90	0,82	0,57	0,39	0,25	0,17
Cat 43 - profis. estatutários nível superior	4,40	2,26	0,94	0,40	0,23	0,31	0,19
Cat 44 - professores de nível superior	2,62	2,03	0,85	0,78	0,43	0,54	0,23
Cat 31 - pequenos empregadores	3,42	1,65	0,86	0,70	0,46	0,43	0,56
Cat 51 - ocupações de escritório	1,11	1,60	0,67	1,13	0,76	0,56	0,40
Cat 52 - ocupações de supervisão	1,91	1,43	0,82	0,97	0,65	0,90	0,58
Cat 53 - ocupações técnicas	1,38	1,54	0,89	1,09	0,73	0,59	0,31
Cat 54 - ocup. médias saúde e educação	0,64	1,24	0,76	1,21	0,86	0,80	0,78
Cat 55 - ocup. segurança, justiça e correios	1,20	1,40	0,71	1,24	0,74	0,61	0,28
Cat 32 - ocup. artísticas e similares	0,98	1,04	0,72	0,91	0,90	1,46	1,56
Cat 71 - trab. da indústria moderna	0,23	0,72	0,85	1,24	1,22	1,17	0,72
Cat 72 - trab. da indústria tradicional	0,20	0,64	0,57	1,29	1,07	1,92	0,90
Cat 73 - trab. dos serviços auxiliares	0,22	0,70	0,68	1,14	1,13	1,91	1,11
Cat 74 - trabalhadores construção civil	0,25	0,45	1,29	0,91	1,56	1,10	1,24
Cat 61 - trabalhadores do comércio	0,74	1,05	0,91	1,13	1,07	0,79	0,63
Cat 62 - prest. serviços especializados	0,47	0,82	1,35	1,10	1,20	0,84	0,69
Cat 63 - prest. serviços não especializados	0,41	0,68	1,39	1,01	1,37	0,95	0,73
Cat 81 - trabalhadores domésticos	1,68	0,93	1,55	0,68	1,06	0,89	1,09
Cat 82 - ambulantes e catadores	0,33	0,79	0,98	1,10	1,30	1,07	0,73
Cat 10 - agricultores	0,12	0,09	1,21	0,22	0,35	1,76	8,70
Cats Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: METRODATA, IBGE, 2000

Por sua vez, a tabela 3 apresenta a densidade de cada categoria nas diferentes tipologias em relação à totalidade do espaço social da RMF, permitindo assim uma compreensão do conteúdo sócio-ocupacional entre os diferentes tipos, indicando concentrações de algumas categorias em determinados tipos, assim como o distanciamento destas em relação a outros tipos, evidenciando-se a segmentação social no espaço da metrópole. (RIBEIRO, 2000)

Sem que se perca a compreensão do espaço metropolitano em sua totalidade, a análise compreensiva das tipologias sócio-espaciais visa destacar que a composição sócio-ocupacional também se mostra atrelada às condições habitacionais e de acesso às redes de infra-estrutura, reforçando a constatação de que as diferentes localizações no espaço metropolitano são atendidas de forma desigual.

Tipologia superior: compreende áreas com maior homogeneidade na sua paisagem, reunindo os espaços de mais intensa verticalização da RMF, seja para fins residenciais, seja para atividades do terciário. Concentrada na porção litorânea ao leste do centro tradicional, e nos bairros circunvizinhos, esta tipologia tem na sua conformação a justaposição de áreas residenciais de melhor padrão, articuladas por eixos viários que concentram os serviços e comércio de melhor qualidade na RMF, num claro exemplo de segregação sócio-espacial.

Detentora de melhores condições de mobilidade e acessibilidade aos serviços e às redes de infra-estrutura urbana, a tipologia superior é tida como alvo maior do mercado imobiliário, ao qual se associa tanto o uso residencial dos grupos dominantes, como os empreendimentos do setor turístico. Vale também mencionar que este tipo tem vivenciado a substituição de suas formas e a diversificação de suas funções ao longo das últimas décadas, remanescendo poucas áreas tradicionais no tecido urbano.

O conteúdo sócio-ocupacional da tipologia superior é marcado pela maior densidade das CATs dirigentes, intelectuais e pequenos empregadores em relação às demais tipologias. Extremamente concentradas, estas ocupações representam mais de um terço do total de pessoas ocupadas na tipologia em termos percentuais. Os números das tabelas 2 e 3 indicam a associação entre melhores oportunidades de trabalho e acesso ao ensino superior para os grupos sociais compostos pelas CATs supracitadas, evidenciando-se a exacerbada concentração espacial dos mesmos, assim como a tendência à manutenção e à perpetuação desta situação de segregação.

Chama atenção que a CAT dos trabalhadores domésticos também desponte nesta tipologia por sua maior densidade, sendo inclusive aquela de maior percentual em relação a todas as demais categorias, atingindo a mais de 15% da população ocupada. A concentração desta categoria num mesmo tipo indica por um lado, a busca em reduzir as necessidades de deslocamento dos trabalhadores domésticos, e por outro, a ampliação de seu período de trabalho diário, caracterizando a permanência de formas precárias de relações laborais. Todavia, a partir das novas ofertas do mercado imobiliário para a tipologia superior, depreende-se a tendência de dispersão desta categoria nos bairros periféricos e em ocupações

irregulares próximas ao local de trabalho, inclusive em moradias coletivas, constituindo-se em verdadeiros cortiços inseridos na favela. Vale ainda destacar que remanescem nesta tipologia poucas áreas de ocupação, as quais ao longo das últimas décadas têm sido removidas por programas governamentais, seja por intervenções viárias, seja pela pressão do mercado imobiliário associado ao empresariado do turismo.

Tipologia média superior: abrange áreas situadas ao longo dos eixos viários desde o Centro tradicional de Fortaleza, em direção ao oeste, sudoeste e sul da RMF. Além do uso residencial, é notório o crescimento das atividades terciárias diretamente vinculadas ao adensamento demográfico nesta parte oeste da RMF onde ocorrem as tipologias majoritariamente urbanas, no caso: a popular operária e a inferior.

Semelhante à tipologia superior, tem-se aqui fortes evidências de que a disponibilidade dos serviços urbanos e da facilidade de transporte fazem das AEDs que compõem este tipo um dos alvos de intervenção do mercado de imóveis. Dentre as transformações em processo, percebe-se por um lado, a ampliação da oferta para grupos com poder aquisitivo relativamente superior substituindo antigos moradores, e por outro, o atendimento a uma demanda diferenciada recém incorporada ao mercado, ampliando por consequência a segregação sócio-espacial daqueles da tipologia superior.

As densidades de CATs dirigentes, intelectuais e empregadores, se comparadas aos demais tipos, indicam que este tipo corresponde a uma primeira alternativa em termos de local de residência para as mesmas. Todavia, diferentemente da tipologia superior, percebe-se uma maior diversidade sócio-ocupacional, visto que as ocupações ditas médias, assim como os trabalhadores do terciário especializado, apresentam maior representatividade na tipologia, agrupando mais de 50% das pessoas ocupadas. A proximidade ao local de trabalho, assim como aos benefícios urbanos concentrados na tipologia superior adjacente contribuem para a condição diferenciada deste tipo em sua localização no espaço intra-urbano da RMF.

Tipologia Média: ainda que reúna poucas AEDs, não se verifica uma homogeneidade em sua composição, derivando numa paisagem por demais diversificada. A presença de vazios urbanos, aptos à expansão do mercado imobiliário, assim como a presença de grandes áreas de favela justapostas a condomínios fechados e loteamentos com casas de veraneio contribuem para esta situação.

No caso das AEDs litorâneas ao leste situadas em Fortaleza, próximas da tipologia superior, observa-se que a favelização recente se opõe aos recentes investimentos públicos

feitos em sistema de circulação direcionados para aquele setor da cidade. Noutras áreas ao sudeste tem-se a presença de investimentos imobiliários sob a forma de pequenos condomínios fechados atendendo a demandas emergentes. Além disso, nas AEDs situadas nos municípios vizinhos, onde ocorre a expansão de condomínios e hotéis, verifica-se uma diferenciação entre as áreas ao leste e ao oeste. verificando-se a tendência de ocupação das primeiras por dirigentes, intelectuais e empregadores, ao passo que na outra ao oeste, assiste-se a um processo desordenado de ocupação, assim como a ocupação dos antigos apartamentos de veraneio como moradia definitiva pela segunda geração de seus proprietários.

As densidades de trabalhadores domésticos, assim como de trabalhadores da construção civil atestam a forte expansão do mercado da construção civil. Da mesma forma, as densidades de dirigentes, intelectuais e empregadores, se comparadas aos demais tipos, indicam ser este tipo uma das preferências destas categorias, comprovando a dispersão destes grupos no espaço periférico ao leste da RMF, onde os condomínios representam a forma preponderante no processo de conurbação de Fortaleza com Aquiraz e Eusébio.

A presença de ocupações médias e terciárias especializadas, associadas à expansão das atividades terciárias desde a Aldeota, ao longo dos eixos terciários ao leste e ao sudeste, retrata a diversidade sócio-habitacional desta tipologia. A presença de conjuntos habitacionais e loteamentos da década de 1970, assim como de áreas de ocupação irregular nos interstícios desta tipologia evidenciam esta constatação. Todavia a implantação de infra-estrutura e a difusão de serviços especializados tendem a impelir estas categorias para áreas mais distantes, como os espaços populares. Vale ainda apontar que a proximidade com o Porto do Mucuripe e seu distrito industrial, assim como as condições climáticas fizeram com que as áreas litorâneas ao leste entrassem em estagnação, levando à expansão da favela como forma de moradia predominante das pessoas ocupadas em atividades não especializadas. Associa-se a isso, a sazonalidade do turismo, dado que nestas áreas se encontra a Praia do Futuro, grande área de lazer e o maior atrativo turístico da metrópole, fazendo do comércio informal e dos serviços não especializados a alternativa de sobrevivência de grande parte das pessoas.

Tipologia Popular Operária: traz como principais características a presença de conjuntos habitacionais e assentamentos populares associados às áreas com maior concentração de indústrias tradicionais e modernas, tanto pela proximidade como pela localização ao longo de grandes eixos viários entre o centro e a periferia onde o setor secundário se instalou. As melhores condições de habitabilidade dos conjuntos, comparados às demais áreas populares, e a mobilidade facilitada para as áreas centrais e os locais de trabalho fazem com que os

trabalhadores do secundário moderno e tradicional, das ocupações médias e do terciário especializado representem a maioria da população deste tipo.

Quando comparado aos demais tipos, verificam-se no popular operária as maiores densidades para ocupações da indústria moderna e do comércio especializado na RMF. Todavia, cabe mencionar que o industrial tradicional prevalece sobre o moderno, no que se refere ao percentual destas CATs na tipologia, havendo 12% de pessoas ocupadas em indústrias tradicionais e cerca de 4,6% nas modernas. Sendo a maioria das áreas situadas em Fortaleza, é possível apontar a preferência da indústria moderna pelos municípios periféricos da RMF, os quais oferecem vantagens fiscais aos empresários do setor. Por outro lado, as indústrias tradicionais que aqui permanecem sem adotar quaisquer inovações tecnológicas na sua produção, ainda mantem um alto número de empregos, assim como menores salários.

Apesar da diversidade sócio-ocupacional das categorias médias, terciárias e secundárias, o quadro de segregação espacial e a segmentação social fica mais uma vez evidente, chamando-se atenção para a pequena representatividade das CATs dirigentes e intelectuais, que juntos somam pouco mais de 5% do total da população ocupada.

Tipologia Inferior: interliga os espaços centrais da metrópole às franjas periféricas, tendo nos rios urbanos seus elementos estruturantes. Intercalando-se aos corredores da tipologia popular operária que ligam as áreas produtivas aos espaços centrais, esta tipologia se subdivide em compartimentos com fragmentos de alta densidade mais próximos ao centro, em contraposição a outros pouco densos presentes nas franjas periféricas da metrópole.

Verdadeiro retrato da ausência de políticas de controle urbano e ambiental para as margens dos recursos hídricos na RMF, esta tipologia indica a interligação entre a condição de moradia precária e exclusão territorial. Além de concentrar favelas em situação de risco, apresenta as maiores densidades de trabalhadores da sobrevivência, sendo algumas de suas áreas reconhecidas como a origem e destino de rotas de catadores de lixo que simbolizam o extremo dos fluxos do circuito inferior da economia da metrópole (SANTOS, 1979).

A ocorrência de mais de 10% das pessoas ocupadas no secundário tradicional, assim como de 11% no setor da construção civil, ambos considerados de baixa remuneração, fazem da carência de infra-estrutura e da mobilidade dificultada características desta tipologia, cujas áreas representam o *locus* da aglutinação de grupos mais empobrecidos. Também deve ser destacado que o terciário especializado e o trabalho doméstico mostram-se percentualmente representativos no total das ocupações do tipo, levando à constatação de que a segregação se apresenta mais forte para as ocupações dirigentes, intelectuais e médias.

Tipologia Popular Periférica: tratando-se da menor tipologia em número de áreas, todas elas localizadas fora de Fortaleza, este tipo sócio-espacial popular periférico apresenta a em sua composição: três que correspondem à totalidade dos municípios de Pacatuba, Horizonte e Itaitinga, e outras duas, representam a sede urbana de Maranguape e Pajuçara, Distrito de Maracanaú, o terceiro município em população da RMF. Fortemente associadas ao processo de reestruturação produtiva do setor secundário, estas áreas abrigam a periferização da indústria e a proliferação de loteamentos populares ocorridas desde meados da década de 1990, dando prosseguimento ao processo de industrialização vigente no município de Maracanaú. As facilidades viárias previstas, assim como a oferta de mão de obra barata e a disponibilidade de terras com baixo custo, levaram à redistribuição espacial da população, configurando-se um vetor de crescimento demográfico nesta direção.

A presença de mais de 30% da população ocupada no secundário, associada às maiores densidades para a indústria tradicional e os serviços auxiliares, denota que a industrialização ainda mantém vínculos com a indústria tradicional, concentrando-se especialmente nas atividades calçadistas, têxteis e de confecções. A situação de abandono dos corredores industriais tradicionais do tipo popular operário ao oeste de Fortaleza comprova esta situação.

Tipologia Rural: por conta de suas extensas dimensões e de seu padrão de ocupação territorial voltado para a produção agrícola, a tipologia rural representa a menos densa de todas que compõem a RMF. O percentual superior a 28% da população ocupada em atividades agrícolas justifica a denominação desta tipologia, a qual agrega tanto trabalhadores do campo, como pescadores das áreas com faixas de praia, onde ainda se mantém as práticas tradicionais de pesca. Não fosse a ausência de Horizonte – área inserida no tipo popular periférico – esta tipologia corresponderia a um contínuo cinturão agrícola da RMF.

No entanto, dados seus aspectos físico-naturais, tem-se a sub-divisão da mesma em dois grupos: áreas litorâneas, alvos de loteamentos para segunda residência, cuja realidade sócio-ambiental de suas comunidades tradicionais, vem sendo transformada pelas práticas predatórias do mercado imobiliário; áreas com extensas zonas rurais de sequeiro e de subsistência, com presença de sítios nos trechos serranos. Chama atenção a forte presença de trabalhadores da construção civil, os quais se associam às obras públicas realizadas nestas áreas visando a implantação de infra-estruturas, assim como à expansão do setor imobiliário associado ao turismo. Da mesma forma, tem-se que 10% das pessoas ocupadas sejam de trabalhadores domésticos, os quais se distribuem entre as atividades de caseiros de residências de veraneio, e de trabalho doméstico nos sítios e fazendas.

Considerações finais

A proposição de uma estrutura sócio-ocupacional para a Região Metropolitana de Fortaleza traz consigo alguns elementos que introduzem uma nova discussão sobre a dinâmica de crescimento e de desenvolvimento da RMF. Mediante a espacialização das concentrações de determinadas categorias sócio-ocupacionais associada aos usos produtivos do território assim como da representatividade das mesmas em termos percentuais passa-se a ter uma compreensão mais clara de sua diversidade sócio-espacial e das tendências de expansão do setor imobiliário associadas aos diferentes grupos sociais.

Das diferenças exacerbadas entre os tipos sócio-espaciais extremos, à heterogeneidade que caracteriza os tipos intermediários, verifica-se uma forte vinculação dos tipos resultantes em relação à localização das atividades produtivas no espaço intra-urbano metropolitano, assim como a força do mercado imobiliário associado às atividades terciárias e ao turismo. Desmonta-se aqui a compreensão da divisão dicotômica do espaço metropolitano em apenas duas partes, desfazendo-se o mito de Fortaleza como uma cidade dual: muito densa e pobre ao oeste; menos densa e rica ao leste. Por outro lado, reforça-se a compreensão de sua fragmentação sócio-espacial, evidenciada pela diversidade da composição de seu tecido urbano, reconhecidamente repleto de disparidades sócio-econômicas.

Para tanto, contribui a visualização da dispersão de determinadas CATs no território metropolitano, evidenciando-se a identificação de novos compartimentos, os quais justificam fluxos intra-urbanos e preferências por determinadas localizações na cidade. Com isso, descortinam-se novos espaços da segregação sócio-espacial na RMF, fazendo sobressair, num outro extremo, áreas de exclusão territorial ainda maior. Da mesma forma, a partir das densidades das categorias sócio-ocupacionais, torna-se possível reconhecer a representatividade e a importância das atividades produtivas predominantes na RMF, bem como as complementaridades entre as mesmas, através do reconhecimento de heterogeneidades presentes nos diferentes tipos sócio-espaciais.

Mediante a leitura da estrutura social da RMF, constata-se que sua recente reestruturação econômica, associada às grandes obras públicas, aponta para a urgência na formulação de processos de planejamento na escala metropolitana e estadual, de onde sejam delineadas as políticas de desenvolvimento que possam impedir a propagação dos problemas que hoje assolam as áreas peri-urbanas. Além disso, tratando-se de estudo na escala metropolitana, verifica-se a importância de que venham a ser estabelecidos mecanismos de

cooperação intermunicipal, no sentido de amenizar seus impactos e ampliar os níveis de integração institucional entre os municípios da RMF.

A guisa de conclusão, vale ainda apontar que a configuração proposta em termos de tipologias sócio-espaciais evidencia uma compartimentação do espaço metropolitano de Fortaleza a qual indica a necessidade de agregação de áreas diversas dos diferentes tipos dada a sua complementaridade. Para tanto, torna-se imprescindível romper com os limites municipais, opor-se diametralmente á lógica da fragmentação e competição que tem pautado os processos de planejamento vigentes nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, e buscar a implementação de instrumentos de gestão que revertam o atual quadro de desigualdades sócio-espaciais.

Referências Bibliográficas

- BOGUS, L. e PASTERNAK, S., São Paulo como patchwork: unindo fragmentos de uma cidade segregada, Cadernos Metrópole, N. 1, p. 43-98, São Paulo: EDUC, 1999.
- CORREA, R. L., O Espaço Urbano, São Paulo:  tica, 2003.
- LAGO, L. C. e RIBEIRO, L. C. Q., O Espaço social das grandes metrópoles Brasileiras, Cadernos Metrópole, N. 4, p. 173-203, São Paulo: EDUC, 2000
- MARICATO, E., *Brasil, cidades*, Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- PEQUENO, L. R. B., Desenvolvimento e degrada o no espaço intra-urbano de Fortaleza, Tese de doutorado apresentada   FAUUSP, S.Paulo: 2002.
- RIBEIRO, L. C. Q. (org), O Futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade, Rio de Janeiro: Revan, 2000
- RIBEIRO, L. C. Q. (org), Metr poles Brasileiras: entre a coesão e a fragmenta o, a coopera o e o conflito, Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- SANTOS, M., O Espaço dividido, Editora Francisco Alves, São Paulo, 1979.
- SANTOS, M., Metrópole corporativa fragmentada, Nobel, São Paulo, 1990.
- SANTOS, M., A Urbaniza o Brasileira, HUCITEC, São Paulo, 1994.
- SANTOS, M., Por uma economia política da cidade, HUCITEC, São Paulo, 1994.
- VILAÇA, Flávio, Espaço intra-urbano no Brasil, Studio Nobel, São Paulo, 1998.